

Notas sobre as Notas Biográficas de 1935

Fernando Cabral Martins

Universidade Nova de Lisboa

Resumo

O processo de descoincidência e coincidência entre o autor da literatura heteronímica e o poeta ortónimo vai evoluindo ao longo dos anos, fixando-se, em 1935, naquilo a que se pode chamar uma silhueta biográfica final do ortónimo Fernando Pessoa.

Palavras-chave: Heteronímia; Correspondência; Sinceridade intelectual; Biografia.

Abstract

The process of mismatch and coincidence between the author of heteronymic literature and the orthonymic poet evolved over the years, having settled, in 1935, on what might be called a final biographical silhouette of the orthonym Fernando Pessoa.

Keywords: Heteronymy; Correspondence; Intellectual sincerity; Biography.



1. A sinceridade intelectual.

Em Pessoa, as cartas puramente ficcionais – por exemplo, o conto “Carta da Corcunda para o Serralheiro” – têm uma natureza textual ou performativa que não se confunde com a das cartas privadas. Eventualmente, a razão disso reside no facto de o nome que assina a correspondência privada não ser o de uma personagem chamada Pessoa, mas sim o de um Pessoa fora do jogo das personagens, aquele mesmo que é, o pleonasma impõe-se, o inventor desse jogo. No entanto, o carácter privado das cartas que envia aos amigos assinadas com o seu nome deve ser analisado mais de perto.

O espaço literário da heteronímia apresenta-se como um palco em que determinadas figuras contracenam. Cada um dos poemas, das ficções e dos ensaios é dado a ler, sempre, à luz de uma topologia de marcações. O *heteronimismo*, para usarmos a palavra de Pessoa, satura toda a sua literatura. O fulcro de cada texto é uma réplica ou uma divergência que aparece exposta em relação a outro texto. Não significa por si só, a sua natureza é relacional.

De todos os heterónimos, o único que parece simplesmente afirmar é Caeiro, sendo que essa afirmação desencadeia a resposta dos outros, cada um definindo a sua posição numa rede de *dramatis personae*. No entanto, o próprio Caeiro é uma resposta a Pascoaes e à Decadência, por exemplo. Além disso, a sua discussão com os “discípulos” é constante e está apresentada, de forma extensa, nas *Notas para a Recordação do meu Mestre Caeiro*, de Álvaro de Campos.

Quer isto dizer que não há, na escrita de Pessoa, um “exterior” da heteronímia. A tal ponto que nenhum dos seus textos poéticos ou ensaísticos pode tratar a questão dos heterónimos a não ser de um ponto de vista que, por sua vez, se enquadra na *mise-en-scène* do que assume ser um “drama em gente” (“Tábua Bibliográfica”, publicada na *presença* em 1928). Assim a teoria da heteronímia se torna, ela mesma, aquele quarto com espelhos “que torcem para reflexões falsas uma única anterior realidade que não está em nenhuma e está em todas” (Pessoa, 1966: 93).

A única teorização capaz de descrever a heteronímia com alguma credibilidade só poderia, eventualmente, ter lugar nas cartas privadas que Pessoa – não, certamente, o Pessoa ortónimo, mas o Pessoa escritor – envia aos amigos. Os exemplos poderiam multiplicar-se. Mas as cartas a Casais Monteiro de 1935, sobretudo a de 13 de janeiro, sobre a génese dos heterónimos, têm

uma qualidade performativa que nem sequer se move num espaço privado de comunicação, ou seja, não são bem cartas privadas e caracterizam-se antes como cartas abertas, que seguem o modelo da correspondência mas, apesar de terem um destinatário real, configuram um gesto literário que é associável ao género epistolar clássico. Estas cartas, reconhecidamente fundamentais entre todas as que Pessoa enviou, são um modelo do dispositivo heteronímico que o autor compõe através de um interlocutor eleito e que realiza uma dupla função: estabelecer uma comunicação entre dois escritores que deve ser lida em situação histórica e servir uma estratégia geral de relacionamento com os leitores futuros. Comunicação personalizada mas com desígnios públicos. Em última análise, uma publicação indirecta. Aí, a questão dos heterónimos é um enigma que não se resolve nem tenta resolver-se em significações inequívocas, pois nunca se desloca do acto literário para o ponto de vista “objectivo” da crítica, do testemunho ou da revelação.

Por outro lado, dá-se o (muito glosado) caso de os próprios heterónimos escreverem cartas verdadeiras. Por exemplo, Sher Henay, uma figura que se propõe organizar uma antologia sensacionista, troca uma misteriosa correspondência com uma senhora nortenha chamada Matilde Alice de Faria (Silva, 2010: 325). Mais ainda, Álvaro de Campos escreve cartas célebres ao *Diário de Notícias* e à *Contemporânea*, bem como à namorada de Pessoa, Ofélia Queiroz, para além de enviar um telegrama jocoso à *presença*. Aliás, a escrita de cartas singulariza muito Álvaro de Campos entre os heterónimos, pois ele é o único que as envia aos jornais, como aquela, insultuosa, que de algum modo encerra a aventura de *Orpheu*: parcialmente publicada em *A Capital* de 6 de julho de 1915, é de imediato objecto de repúdio por parte de vários colaboradores da revista. Em todos estes casos, as cartas são *private jokes*. Mas tal constatação sugere, mais uma vez, a ideia de que o epistolar é outro dos géneros que Pessoa reconfigura, naquele sentido dos *adverse genres* de que trata David Jackson (2010). Em suma, nem no epistolar é seguro dar conta, em nenhum momento privilegiado, de qualquer expressão que se aproxime de uma “vontade última” do autor, pelo que em todas as cartas, privadas ou abertas, o autor delas é, em alguma medida, ficcional. É sempre de produção de formas que se trata, mais do que de comunicação.

Neste contexto, o conceito-fulcro é a “sinceridade intelectual”, que implica, em sentido próprio, que toda a escrita (com os seus efeitos heteronímicos), embora baseada por inteiro nas

sensações, as transforma em ideias. Por outro lado, ao contrário da “sinceridade intelectual”, a sinceridade propriamente dita (aquela que se espera que exista numa carta privada) é tudo menos intelectual ou preocupada com a produção de formas.

Os três heterónimos principais aparecem como a mais visível consequência deste entendimento. Daí que a ideia de “sinceridade intelectual”, tal como é exposta numa carta a Armando Côrtes-Rodrigues de 1915, comece por ser associada a “uma literatura que eu criei e vivi”. E mesmo, nesse contexto, tudo o que é colocado dramaticamente “na pessoa de outro” deve ser entendido como literalmente “sincero” (Pessoa, 1998: 142). Mais tarde, em 1930, já na fase decisiva do seu diálogo com a *presença*, Pessoa escreverá a Casais Monteiro: “o que, sentido ou pensado, novamente pensamos como *outrem*, é isso que se transmuta naturalmente em arte, e, esfriando, atinge forma” (Pessoa, 1999: 191). Neste “pensar como *outrem*” reencontramos o já antigo tema do desdobramento, mas, segundo um modo de descrição que se adequa à inteligência crítica do interlocutor Casais Monteiro, Pessoa prefere enfatizar a criação formal em clave eliotiana de impessoalidade. E pode ainda recordar-se o que se lê na carta a Gaspar Simões de 11 de dezembro de 1931, tantas vezes citada: “O ponto central da minha personalidade como artista é que sou um poeta dramático; tenho continuamente, em tudo quanto escrevo, a exaltação íntima do poeta e a despersonalização do dramaturgo. Voo outro – eis tudo” (Pessoa, 1999: 255). Mais uma vez, este “voar outro” indica que o desdobramento é o processo que permite a aparição das figuras heterónimas, com as suas ideias literárias e filosóficas próprias. O acto poético consiste em acrescentamento, outramento, re-configuração.

A definição última do conceito há-de aparecer numa “Nota ao Acaso”, publicada em 1935 e assinada por Álvaro de Campos – o qual, dada a sua centralidade na poética de Pessoa, actua por vezes mais como *alter ego* do que como heterónimo: “A maioria da gente sente convencionalmente, embora com a maior sinceridade humana; o que não sente é com qualquer espécie ou grau de sinceridade intelectual, e essa é que importa no poeta.” Na frase final da nota de Campos percebemos-lhe o voo hiperbólico: “O meu mestre Caeiro foi o único poeta inteiramente sincero do mundo” (Pessoa, 2000: 521).

Pode, pois, dizer-se que a “sinceridade intelectual”, que sobredetermina toda a escrita de Pessoa, torna as próprias cartas privadas alguma coisa de radicalmente diferente da expressão de si.

2. As narrativas biográficas.

A importância das narrativas biográficas produzidas em 1935 é a de sumariarem as vidas dos diferentes autores do *heteronimismo*. Cumprem esse objectivo poético quer a citada carta de 13 de janeiro a Adolfo Casais Monteiro, conhecida como Carta sobre a Génese dos Heterónimos, quer uma Nota Biográfica que Pessoa escreve e de que oferece uma cópia a um amigo nesse mesmo ano.

A aproximação entre os retratos dos heterónimos que se lêem na Carta sobre a Génese e o quase-auto-retrato do ortónimo da Nota Biográfica, apesar de terem matizes textuais diversas, torna-se necessário se tivermos em conta as “Notas para a Recordação do meu Mestre Caeiro”, dado que, nesse texto, Álvaro de Campos se refere a Pessoa como apenas mais um poeta de um grupo de poetas. Por mais estranho que possa ter parecido na altura, ou possa parecer ainda hoje, na publicação de cinco das “Notas para a Recordação do meu Mestre Caeiro”, em 1931, na *presença* n.º 30, lê-se que Fernando Pessoa “é um novelo embrulhado para o lado de dentro” e ainda que “Fernando Pessoa sente as coisas mas não se mexe, nem mesmo por dentro” (Pessoa, 2015: 20 e 23). Ou seja, Pessoa promove pública e explicitamente, por interposto Álvaro de Campos, a representação de um grupo de autores imaginários em que o seu próprio caso se inclui. Este Fernando Pessoa cujo autor é Fernando Pessoa, este autor real assim tornado personagem ganha nesse ano de 1931 um lugar na ficção heteronímica, de tal modo que a história da génese contada a Casais Monteiro em 1935 apenas o vem confirmar. Trata-se de uma operação de ficcionalização da realidade, ou de naturalização da ficção, que desloca para o espaço da literatura o que pertence à história. Ou, inversamente, que naturaliza no espaço da história o que pertence à literatura.

Considere-se agora a Nota Biográfica datada de “Lisboa, 30 de Março de 1935”, que está assinada com o nome e a letra de Fernando Pessoa (*apud* Lourenço e Oliveira, 1988: 17):

Nome completo: Fernando António Nogueira Pessoa.

Idade e naturalidade: Nasceu em Lisboa, freguesia dos Mártires, no prédio n.º 4 do Largo de S. Carlos (hoje do Directório) em 13 de Junho de 1888.

Filiação: Filho legítimo de Joaquim de Seabra Pessoa e de D. Maria Madalena Pinheiro Nogueira. Neto paterno do general Joaquim António de Araújo Pessoa, combatente das campanhas liberais, e de D. Dionísia Seabra; neto materno do conselheiro Luís António Nogueira, jurisconsulto e que foi director-geral do Ministério do Reino, e de D. Madalena Xavier Pinheiro. Ascendência geral — misto de fidalgo e de judeus.

Estado: Solteiro.

Profissão: A designação mais própria será “tradutor”, a mais exacta a de “correspondente estrangeiro em casas comerciais”. O ser poeta e escritor não constitui profissão mas vocação.

Morada: Rua Coelho da Rocha, 16, 1.º dt.º, Lisboa.

(Endereço postal — Caixa Postal 147, Lisboa).

Funções sociais que tem desempenhado: Se por isso se entende cargos públicos, ou funções de destaque, nenhuma.

Obras que tem publicado: A obra está essencialmente dispersa, por enquanto, por várias revistas e publicações ocasionais. O que, de livros ou folhetos, considera como válido, é o seguinte: “35 Sonnets” (em inglês), 1918; “English Poems III” e “English Poems III” (em inglês também), 1922, e o livro “Mensagem”, 1934, premiado pelo Secretariado de Propaganda Nacional, na categoria “Poema”. O folheto “O Interregno”, publicado em 1928, e constituindo uma defesa da Ditadura Militar em Portugal, deve ser considerado como não existente. Há que rever tudo isso e talvez que repudiar muito.

Educação: Em virtude de, falecido seu pai em 1893, sua mãe ter casado, em 1895, em segundas núpcias, com o comandante João Miguel Rosa, cônsul de Portugal em Durban, Natal, foi ali ducado. Ganhou o prémio Rainha Vitória de estilo inglês na Universidade do Cabo da Boa Esperança em 1903, no exame de admissão, aos 15 anos.

Ideologia política: Considera que o sistema monárquico seria o mais próprio para uma nação organicamente imperial como é Portugal. Considera, ao mesmo tempo, a Monarquia completamente inviável em Portugal. Por isso, a haver um plebiscito entre regimes, votaria,

com pena, pela República. Conservador do estilo inglês, isto é, liberal dentro do conservantismo, e absolutamente anti-reaccionário.

Posição religiosa: Cristão gnóstico e portanto inteiramente oposto a todas as Igrejas organizadas, e sobretudo à Igreja de Roma. Fiel, por motivos que mais diante estão implícitos, à Tradição Secreta do Cristianismo, que tem íntimas relações com a Tradição Secreta em Israel (a Santa Kabbalah) e com a essência oculta da Maçonaria.

Posição iniciática: Iniciado, por comunicação directa de Mestre a Discípulo, nos três graus menores da (aparentemente extinta) Ordem Templária de Portugal.

Posição patriótica: Partidário de um nacionalismo mítico, de onde seja abolida toda infiltração católica-romana, criando-se, se possível for, um sebastianismo novo, que a substitua espiritualmente, se é que no catolicismo português houve alguma vez espiritualidade. Nacionalista que se guia por este lema: “Tudo pela Humanidade; nada contra a Nação”.

Posição social: Anti-comunista e anti-socialista. O mais deduz-se do que vai dito acima.

Resumo de estas últimas considerações: Ter sempre na memória o mártir Jacques de Molay, Grão-Mestre dos Templários, e combater, sempre e em toda a parte, os seus três assassinos — a Ignorância, o Fanatismo e a Tirania.

É notável não existir qualquer referência a *Orpheu* ou à *Athena*, apesar de essas duas revistas terem sido os mais relevantes lugares de publicação em vida de Pessoa. Sublinhe-se também o aspecto textual concreto, naquela que é a sua primeira publicação, no folheto *À Memória do Presidente-Rei Sidónio Pais*, editado pela Editorial Império em 1940, da supressão do item da “Posição Iniciática”. De facto, pode ler-se nesse item aí suprimido, o mais enigmático de todos: “Iniciado, por comunicação directa de Mestre a Discípulo, nos três graus menores da (aparentemente extinta) Ordem Templária de Portugal” (*apud* Lourenço e Oliveira, 1988: 21). Esta supressão costuma ser atribuída à directa associação dos Templários à Maçonaria, que o Estado Novo tinha ilegalizado, e constituiria um gesto de auto-censura. Mas também é provável que esse item manifestasse uma inesperada qualidade ficcional da Nota Biográfica de Fernando Pessoa, pelo que retirá-lo do folheto apologético de 1940 apenas pretenderia contribuir para a verosimilhança da nota biográfica.

Em suma, esta Nota funciona como o desenho biográfico, não bem de Fernando Pessoa, mas de um poeta com o mesmo nome e com alguns dos seus traços:

vive em Lisboa, onde nasceu;

é filho de Joaquim de Seabra Pessoa e de D. Maria Madalena Pinheiro Nogueira;

descende de fidalgos e judeus;

foi educado em Durban, Natal;

é correspondente estrangeiro em casas comerciais;

é solteiro;

tem obra dispersa em revistas e jornais;

publicou três folhetos “em inglês” (*35 Sonnets* de 1918, *English Poems I-II* e *English Poems III*, em 1922) e um livro (*Mensagem*, em 1934);

é Templário, nacionalista místico e sebastianista;

é republicano e anti-socialista.

Podendo concluir-se que o ortónimo é, sucessivamente, cosmopolita e nacionalista, aristocrata e empregado de escritório.

Isto se liga, e com isso deve ser contrastado, ao que diz a Casais Monteiro na Carta sobre a Génese dos Heterónimos: “Sou, de facto, um nacionalista místico, um sebastianista racional. Mas sou, à parte disso, e até em contradição com isso, muitas outras coisas” (Pessoa, 1999: 338). Aliás, é nesta afirmação que se pode fundar a mais óbvia semelhança entre o Pessoa dito “ele mesmo” e o Pessoa como autor, ou seja, entre o Pessoa como personagem e o Pessoa escritor: o que um tem de paradoxal tem o outro de multifacetado. Mas a distinção entre eles é estabelecida, de modo rigoroso, pela alusão ao incómodo folheto *O Interregno*: “publicado em 1928, e constituindo uma defesa da Ditadura Militar em Portugal, deve ser considerado como não existente.” Na verdade, essa declaração de não existência apresenta-se como um gesto relevante para a configuração da personagem, isto é, para a conversão de Pessoa numa personagem. Essa referência é a marca de um gesto de autoridade, que atribui uma forma-autor literária ao que já não é um simples nome civil de escritor. O escritor Fernando Pessoa assinou uma defesa pública da Ditadura Militar, mas não inclui esse folheto na obra do ortónimo Fernando Pessoa.

Comparemos agora o retrato que Fernando Pessoa faz de Fernando Pessoa com aquele que Álvaro de Campos faz de Álvaro de Campos num trecho póstumo das *Notas para a Recordação do Meu Mestre Caeiro* (Pessoa, 2015: 51):

O mal destes homens todos – do Ricardo Reis, do António Mora, do Fernando Pessoa, sim, porque sinto *outside idolatry*, do meu mestre Caeiro também – é que *só vêem* a realidade. Diversamente, todos a vêem com clareza; todos são objectivistas, até o Fernando Pessoa, que é subjectivista também. Mas eu não só vejo a realidade – *palpo-a*. Por isso eles são, mais ou menos declaradamente, politeístas, e eu sou monoteísta. É que o mundo considerado com a vista é de uma essencial diversidade. Considerado com o tacto, não tem diversidade nenhuma. Eles são todos, diversamente, mais inteligentes do que eu, mas eu sou mais profundamente prático do que eles todos. Por isso creio em Deus.

Aqui, o desenho de Álvaro de Campos tem marcado o dedo do artista Fernando Pessoa, porque só aos olhos deste é que faz sentido um tema como o do monoteísmo, tal como a identificação perfeita entre Campos e o Sensacionismo. Voltando à Nota Biográfica, poderíamos dizer que também o retrato do ortónimo é marcado pelo ponto de vista do seu autor. Quer isto dizer que as características da personagem não podem ser independentes dos interesses do seu criador. É delineada uma figura, mas a segurança e a inclinação do traço, bem como a paisagem em fundo, traem o autor dela (de que, neste caso, usa alguns dos traços). Assim sendo, pode dizer-se que o ortónimo é ficcional no mesmo sentido em que é ficcional Álvaro de Campos, embora haja uma série de autobiografemas que produzem um espelhamento do autor e do ortónimo. Neste caso, o modo de concepção da personagem consiste em ocultações, como naquele procedimento usado pelo Surrealismo (sobretudo por Fernando de Azevedo) em que a produção da imagem consiste no recobrimento a negro de partes de uma imagem anterior. As ocultações criam um duplo efeito de reconhecimento e de estranheza e são tão decisivas para o retrato do ortónimo como a informação acrescentada de ter sido iniciado na Ordem Templária de Portugal – a qual o artigo “Associações Secretas”, publicado no mesmo ano de 1935, mais os manuscritos preparatórios e afins que se conhecem mostram, sem margem para dúvidas, ser fantasiosa, para além do que escreve sobre este tema na Carta sobre a Génese dos Heterónimos: “não pertenço a Ordem Iniciática nenhuma” (Pessoa, 1999: 347).

O resultado é a definição de Fernando Pessoa como mais uma *persona*, criando para ele uma narrativa biográfica específica. Além disso, essa ficcionalização do ortónimo induz, por oposição, um incremento da realidade dos heterónimos e, cumulativamente, um *estranhamento* do Fernando Pessoa histórico. É deste processo complexo que decorre a persistente mitologia de um Pessoa múltiplo ou esquizóide, inexistente ou evanescente, um homem com quatro sombras ou uma sombra com quatro homens, que em vez de uno é quádruplo (pelo menos), algures entre o fantástico de Edgar Allan Poe, o psicodrama e o esoterismo *new age*.

3. A definição do ortónimo.

A crítica tem oscilado no reconhecimento do tipo de relação entre o ortónimo e os poetas heterónimos. Uma vez, considera que se situam em planos diferentes, posição, por exemplo, de Maria Helena Nery Garcez, para quem o poeta ortónimo seria uma “faceta” que não é assim tão “despersonalizada” (Garcez, 2016: 332). Outras vezes, que as quatro figuras se situam no mesmo plano, como é o caso de José Augusto Seabra, que considera mesmo existirem “dois Fernando Pessoa”. No entanto, define “o poeta orto-heterónimo” como tomando de empréstimo (“como se empresta uma máscara”) a biografia do autor Fernando Pessoa (Seabra, 1974: 141), o que não é exacto, como vimos: o ortónimo é, biograficamente falando, tão construído como os heterónimos.

Desde logo, se é verdade que há a considerar uma diferença ontológica, pois Fernando Pessoa teve uma existência física e os heterónimos não, essa diferença desaparece no plano textual. Hoje, aos olhos dos leitores, os textos são o único modo de existência de todos os poetas do *heteronimismo*. Assim, e dado que esses textos envolvem personagens de autores que pelas suas ideias e estilos se confrontam, é fácil de compreender que uma dessas personagens de autor mantenha o nome do autor das personagens. Que outro lugar pode haver para o fantasma do criador senão entre as suas criaturas? Como hão-de distinguir os leitores, hoje, o dentro e o fora da ficção?

O contorno da figura do ortónimo vai, dada a complexidade das relações que estabelece com as outras figuras, ser um tópico sensível da última tarefa de Pessoa, que é a de conferir

alguma unidade conceptual a um vertiginoso trabalho de trinta anos de escrita a muitas vozes (que, a partir de 1914, são sobretudo quatro: o número da unidade). E, com esse objectivo, a Nota Biográfica de 1935 é uma peça decisiva, pela clareza da sua formulação e pela sua inserção contextual.

Num artigo em que faz a súmula do que se conhece sobre essa Nota Biográfica, José Barreto (2017) cita aquela que é a sua primeira publicação completa, em 1988, no catálogo de uma exposição da Biblioteca Nacional, *Fernando Pessoa no seu Tempo*, em que a Nota é editada face a face com a “Tábua Bibliográfica”, de 1928. Este modo de edição permite ver bem as diferenças entre os dois textos – a começar pelos próprios títulos: o de 1928 referindo a actividade literária, e o de 1935 remetendo para traços biográficos. Na “Tábua”, Fernando Pessoa é caracterizado como sendo um caso à parte dos heterónimos, pois o “drama em gente” dos heterónimos é inequivocamente apresentado como um projecto bibliográfico da autoria de Fernando Pessoa. No entanto, na caracterização biográfica de 1935 a alteração de sentido do nome de Fernando Pessoa torna-se evidente: ele já não é o autor dos textos heterónimos, mas apenas o autor dos seus próprios textos.

Na grande carta a Adolfo Casais Monteiro de 1935, Pessoa, num primeiro momento, como vimos, parece reivindicar para si aquelas contradições que teriam, eventualmente, a ver com a multiplicidade dos heterónimos e a multiplicidade essencial que seria a sua: “sou, à parte disso, e até em contradição com isso, muitas outras coisas”. No entanto, logo a seguir torna muito claro que essas contradições são, afinal, próprias do poeta ortónimo, sinalizando apenas a sua particular complexidade (Pessoa, 1999: 338):

Quando às vezes pensava na ordem de uma futura publicação de obras minhas, nunca um livro do género de *Mensagem* figurava em número um. Hesitava entre se deveria começar por um livro de versos grande — um livro de umas 350 páginas —, englobando as várias subpersonalidades de Fernando Pessoa ele mesmo, ou se deveria abrir com uma novela policiária, que ainda não consegui completar.

E, um pouco mais adiante, explica (Pessoa, 1999: 339-340):

[...] tenciono, durante o verão, reunir o tal grande volume dos poemas pequenos do Fernando Pessoa ele-mesmo, e ver se o consigo publicar em fins do ano em que estamos. Será esse o volume que o Casais Monteiro espera, e é esse que eu mesmo desejo que se faça. Esse será então as facetas todas, excepto a nacionalista, que *Mensagem* já manifestou.

O ponto decisivo é que esta reivindicada diversidade do ortónimo fica a necessitar de um suporte narrativo, de uma espécie de *casting*, e é assim que, além da Nota Biográfica, Pessoa escreve, também em 1935, um outro texto, completo e preparado para publicação, embora não publicado, “Explicação de um Livro”. Aí apresenta as “subpersonalidades” do autor de *Mensagem* como possuidoras, afinal, de forte coerência interna, que assim se vê modelada, mostrando a unidade da sua diversidade. Este é o último retoque no desenho do ortónimo, que a partir daí fica uma figura autónoma completa, jogando com a proximidade mas marcando a distância em relação ao seu autor. Esse texto termina assim (Pessoa, 2011: 123):

de facto, fui sempre fiel, por índole, reforçada por educação — a minha educação é toda inglesa —, aos princípios essenciais do liberalismo, — que são o respeito pela dignidade do Homem e pela liberdade do Espírito, ou, em outras palavras, o individualismo e a tolerância, ou, ainda, em uma só palavra, o individualismo fraternitário.

A ideia de coerência do ortónimo é dada pelo oxímoro moral “individualismo fraternitário” (que lembra o paradoxo da Nota Biográfica, que o define como um escritor, ao mesmo tempo, nacionalista e cosmopolita) e conflui na afirmação política do “liberalismo”. Aliás, o facto de um dactiloscrito da Nota ter sido oferecido, segundo informação de José Barreto no artigo citado, a um notório republicano, Manoel Serras, é um gesto que se integra nesse processo de identificação de Fernando Pessoa, o autor de *Mensagem*, como um amante da liberdade e da República.

Pelo que a composição da figura do ortónimo coincide no tempo e no modo com a fixação última do sistema triádico dos heterónimos, e pode dizer-se que este suplemento ficcional associado à sua poesia serve para lhe elevar o grau de eficácia dramática. Eis o que manifesta a presença de um autor absoluto, longe de ser um anónimo transparente, um irresistível fluxo de desdobramentos, um labirinto de máscaras ou um desconhecido de si mesmo.

Referências

- BARRETO, José (2017) “A chamada ‘nota autobiográfica’ de Fernando Pessoa de 30 de Março de 1935”, *Pessoa Plural*, 12. Disponível em <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:759875>, (consultado em Setembro de 2020).
- GARCEZ, Maria Helena Nery (2016) “Um Ortônimo Bem Temperado”, in Michela Graziani, Orietta Abbati e Barbara Gori (eds.), *La Spugna è la mia Anima. Omaggio a Piero Cecucci*. Florença, Firenze University Press.
- JACKSON, Kenneth David (2010) *Adverse Genres in Fernando Pessoa*. Oxford, Oxford University Press.
- LOURENÇO, Eduardo e António Braz de OLIVEIRA (1988) *Fernando Pessoa no Seu Tempo*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.
- PESSOA, Fernando (1966) *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, ed. Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho. Lisboa, Ática.
- (1998) *Correspondência 1905-1922*, ed. Manuela Parreira da Silva. Lisboa, Assírio & Alvim.
- (1999) *Correspondência 1923-1935*, ed. Manuela Parreira da Silva. Lisboa, Assírio & Alvim.
- (2000) *Crítica*, ed. Fernando Cabral Martins. Lisboa, Assírio & Alvim.
- (2011) *Associações Secretas e Outros Escritos*, ed. José Barreto. Lisboa, Ática.
- (2015) *Prosa Escolhida de Álvaro de Campos*, ed. Fernando Cabral Martins e Richard Zenith. Lisboa, Assírio & Alvim.
- SEABRA, José Augusto (1974) *Fernando Pessoa ou o Poetodrama*. São Paulo, Perspectiva.
- SILVA, Manuela Parreira da (2010) “Sher Henay”, in Fernando Cabral Martins (ed.), *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, 2.^a ed.. São Paulo, Leya.

Fernando Cabral Martins é professor jubilado da Universidade Nova de Lisboa. Além de artigos sobre literatura e arte portuguesas, publicou livros de ficção e co-traduziu Boris Vian e os trovadores provençais. Organizou edições de Sá-Carneiro, Pessoa, O'Neill e Luiza Neto Jorge. Coordenou um *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, em 2008. Últimos livros de ensaio: *Introdução ao Estudo de Fernando Pessoa*, 2014; *Mário Cesariny e o Virgem Negra*, 2016; *Cinzareia*, 2021.

